



ruep

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa
v. 15, n. 40, jul./set. 2018
ISSN 2318-2083 (eletrônico)

MAURICIO BRILHANTE MENDONÇA

*Universidade Federal do Amazonas, UFAM,
Manaus, AM, Brasil.*

SANDRO BREVAL SANTIAGO

*Universidade Federal do Amazonas, UFAM,
Manaus, AM, Brasil.*

RAFAELA RODRIGUES ALVES

*Universidade Federal do Amazonas, UFAM,
Manaus, AM, Brasil.*

Recebido em setembro de 2018.

Aprovado em novembro de 2018.

O PERFIL DO CORPO DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

RESUMO

A pesquisa relatada neste artigo buscou caracterizar o grupo de professores que compunham o corpo docente do Departamento de Administração da Universidade Federal do Amazonas no ano de 2016. A pesquisa descritiva foi delineada a partir de uma investigação documental, a partir de dados coletados nos currículos dos docentes disponíveis na Plataforma Lattes. O departamento em estudo, com 51 anos de existência, contava em 2016 com 36 professores, em sua maioria bacharéis em Administração e engenheiros e doutores com formação recente e experiência menor que 10 anos na UFAM. O corpo docente estava mais dedicado a atividades de ensino e pesquisa. Os membros deste departamento pouco se relacionavam com outros profissionais da área em âmbito nacional e internacional e mostrou-se comum a participação destes na gestão superior da universidade.

Palavras-Chave: gestão universitária; ensino superior; corpo docente; administração.

THE FACULTY OF ADMINISTRATION DEPARTMENT PROFILE AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF AMAZONAS

ABSTRACT

The research reported in this article sought to characterize the profile of the group of teachers that comprised the faculty of the Department of Administration of the Federal University of Amazonas in the year 2016. The descriptive research collected data in the curriculas available on the Plataforma Lattes. The department under study, with 51 years of existence, had in 2016 36 professors, mostly bachelors in Administration and engineers, most of them doctors with recent training and with less than 10 years of experience in UFAM. The faculty were more involved in teaching and research activities. The members of this department were little related to other professionals of the area in national and international scope and it was common the participation of these in the superior management of the university.

Keywords: university management; higher education; faculty; administration.

Revista UNILUS Ensino e Pesquisa
Rua Dr. Armando de Salles Oliveira, 150
Boqueirão - Santos - São Paulo
11050-071
<http://revista.lusiada.br/index.php/ruep>
revista.unilus@lusiada.br
Fone: +55 (13) 3202-4100

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi caracterizar o perfil do grupo de professores que compunham o corpo docente do Departamento de Administração (DA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no ano de 2016, quanto à experiência, formação e tipo de atividades acadêmicas e profissionais desenvolvidas na instituição.

O ensino superior, no Brasil, é o responsável pela formação de cidadãos que por meio de educação formal adquirem habilidades e competências profissionais, podem desenvolver atitudes transformadoras da sociedade e natureza, além de possibilitar o acesso aos estudos *stricto sensu* dedicados à investigação e evolução da ciência, das técnicas e do conhecimento nas mais variadas áreas de atuação.

Os professores possuem papel relevante nos serviços de educação superior, no Brasil. Muitas vezes a performance desses profissionais têm que superar as limitações dos recursos físicos, materiais e tecnológicos das Instituições de Ensino Superior (IES), sejam elas públicas ou privadas. Neste sentido, Masseto (2012) aponta que professores têm se distanciado das aulas e da informação para ocupar um papel de incentivador ou indutor do aluno na atitude de pesquisar e construir seu conhecimento, tornando-se um mediador no processo de ensino-aprendizagem.

Morosini (2000) evidencia professores na docência universitária, com formação didática obtida em cursos de licenciatura; como também sua experiência profissional para a sala de aula; e, outros ainda, sem experiência profissional ou didática, oriundos de curso de especialização e/ou *stricto sensu*. Vale o registro que a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelece no Artigo 66 que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.”

O curso de administração é o segundo em número de matrículas nas IES brasileiras, atrás apenas do curso de direito. Eram, 710.984 matriculados em Administração, em 2016 (INEP, 2016). Esse número de matrículas significa heterogeneidade de alunos, isto é, diversos tipos de pessoas buscam os cursos de administração, sejam eles recém-formados do ensino médio, pessoas que nunca ingressaram no ensino superior e buscam iniciar a vida universitária ou até mesmo pessoas já graduadas que buscam ampliar seu crescimento profissional (Justen e Gurgel, 2015).

Criado em 1965, o curso de Administração da UFAM, em Manaus, no ranking universitário da folha (RUF), em 2016, ocupou o octogésimo oitavo lugar em relação a todas as universidades do país. No Amazonas, ficou em segundo lugar em relação a todas as universidades (públicas e privadas) e em relação à Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a outra única instituição pública que oferece o curso de administração, a UFAM ficou em primeiro lugar.

Em relação ao Conceito Preliminar do Curso de 2015, divulgado pelo INEP (2016), o Curso de Administração da UFAM ficou na 67ª posição dentre 108 cursos avaliados no país. No estado do Amazonas, dentre 16 cursos avaliados, o curso ficou na sétima posição, ao passo que o da UEA alcançou a segunda.

Esta introdução apresenta o contexto no qual se encontra o objeto de estudo da pesquisa, o departamento que abriga os docentes que lecionam na UFAM as disciplinas relacionadas com a administração em vários cursos dessa universidade. Nas outras seções do artigo estão respectivamente, um breve panorama do ensino superior brasileiro, outro acerca do ensino de administração no Brasil e uma reflexão sobre a importância do corpo docente em um curso de graduação, seguidas da descrição dos aspectos metodológicos da pesquisa, da análise e interpretação dos resultados e da conclusão.

BREVE PANORAMA DA EVOLUÇÃO RECENTE DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO E O TRABALHO DOCENTE

As IES no Brasil podem ser credenciadas em três modelos: faculdades, centros universitários ou universidades, tendo esta última sua autonomia garantida através da LDB e da Constituição Federal (OLIVEIRA E ESCOTT, 2015). Existem ainda os institutos federais, autorizados por lei a oferecerem cursos de nível superior (REIS, MARTINS E LOHMANN, 2014). As IES podem ser de natureza pública ou privada, quando públicas, serão vinculadas ao governo municipal, estadual ou federal, e quando privadas, serão subordinadas às legislações vigentes que buscam assegurar um padrão mínimo em todo território nacional (SAMPAIO, 2014). Além das legislações, o Ministério da Educação (MEC), responsável por fiscalizar e normatizar o ensino em todo país desde a educação básicas até à superior, que abrange os cursos de graduação, onde o acadêmico poderá obter diploma de bacharelado, licenciatura ou tecnólogo; cursos de especialização para diplomados, que são as pós-graduações lato sensu, que não conferem grau; além dos programas de pós-graduação stricto sensu, que abrigam os cursos de mestrado ou doutorado, acadêmicos ou profissionais.

As universidades são caracterizadas pela LDB em seu artigo 52 como “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, ou seja, são fundamentais na formação de futuros profissionais, pois é ao ingressar nelas que o indivíduo irá desempenhar sua capacidade de senso crítico, desenvolver seu conhecimento e aprender a lidar com as mudanças que virão a surgir em seu meio profissional e na sociedade como um todo.

Um dos acontecimentos que marcaram o processo de expansão do ensino superior, também conhecido como processo de democratização do ensino superior, foi a criação do Programa Universidade para Todos - PROUNI (REIS, MARTINS E LOHMANN, 2014). Este foi instituído em 2005 com a intenção de expandir o ensino superior para que todos pudessem ter a oportunidade de ingressar no mesmo, ainda que em instituições que comercializem esses serviços, inclusive por pessoas com baixas rendas.

Segundo o INEP (1995; 2015), dez anos antes da implantação do PROUNI, já era possível visualizar o crescimento das IES. Em 1995 o Brasil possuía 894 Instituições, 23% das quais públicas e 77% privadas. Em 2005, esse número subiu para 2.165, sendo 11% públicas e 89% privadas. Em 2015 existiam 2.364 IES no Brasil e 88% eram privadas e 12% Públicas. Nota-se que surgiram muito mais IES particulares do que públicas e isso ocorre desde os anos 70, juntamente com aumento do número de cursos e matrículas (SAMPAIO, 2014). Em 2015, enquanto o número de cursos oferecidos por Instituições Particulares era de 22.732, nas públicas não passavam de 11.000. No Estado do Amazonas, 84% das IES eram particulares e o número de matrículas nas Instituições Privadas eram o dobro das Públicas (INEP, 2015).

Essa expansão do ensino superior exerceu forte influência nos mercados de trabalho, já impactados pela informatização e por tecnologias que tendem a avançar. Assim, a expansão das IES refletiu também na migração de profissionais para o exercício da docência no Ensino Superior, muitas vezes com experiência profissional, mas com pouca ou nenhuma experiência na docência. (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002).

O professor universitário atua, no Brasil, em uma marcante pressão, advinda da legislação, imposta pela instituição e buscada por ele, para sua qualificação de desempenho, no qual o didático passa a ocupar um papel de destaque; pelos requisitos requeridos pelo Estado, via MEC e suas agências, com o fito de avaliar a qualidade do Ensino Superior; pelas IES com o objetivo de obter credenciamento e boas avaliações junto ao MEC, para captar alunos; além da própria busca pelo professor para a manutenção de seu emprego e aumento de remuneração, entre outras motivações (MOROSINI, 2000).

O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

No Brasil, o ensino formal de Administração tem pouco mais de cinquenta anos, período no qual esta área tem se transformado no âmbito da prática estrita em um ramo de conhecimento (FISCHER, 2001). São graduados, por ano, milhares de bacharéis em administração, que conforme a disponibilidade do mercado, podem ter obtido a formação generalista ou especialista.

A área ampliou tanto o seu espectro que podem ser encontrados administradores com as mais diferentes formações e competências, suportados por projetos pedagógicos diferenciados, articulados com os ambientes organizacionais e profissionais regionais ou locais. Esse processo somente seguirá bem-sucedido, caso os egressos continuem conseguindo boa inserção e performance nas organizações que os contratam (FISCHER, 2001).

Fischer (2005) relatam que os currículos na área de administração tiveram poucas mudanças nos últimos anos. Se isso ocorre nas instâncias de formação, podemos inferir que esses profissionais reflitam esta estagnação, no ambiente empírico, preservando concepções e aplicações aforistas, construída longe da realidade local e do espaço tempo atual.

O curso de administração geralmente é procurado por estudantes que desejam ou necessitam de um diploma de curso superior, e que de certa forma espelham um baixo interesse pela posição de administrado. Esta característica, em conjunção com outras, torna a graduação um curso “mais de educação geral do que um curso marcado pelo rigor de conteúdos” (BERTERO, 2007).

A administração é um campo do conhecimento dos mais relevantes para a sociedade e algumas de suas disciplinas estão presentes na estrutura de diversos outros cursos superiores e vice-versa, a formação do bacharel em administração conta também com conhecimentos de outras áreas como contabilidade, estatística, matemática financeiro, direito, psicologia e outras. No Brasil, esta área do conhecimento surgiu e cresceu acompanhando o processo de industrialização do país (PINTO; MOTTER JUNIOR; 2012). O aumento e desenvolvimento de empresas privadas e públicas e o crescimento da estrutura do Estado e de suas administrações públicas foi acompanhado pela procura por pessoas adequadas para desempenhar o papéis de liderança, planejamento, direção, coordenação e controle, exigindo dessas maior profissionalização.

Em 1944, a Fundação Getulio Vargas (FGV) surgiu para ampliar os conhecimentos na área de Administração, criando oito anos depois a primeira escola de Administração voltada para o segmento público e dez anos depois a primeira escola de Administração voltada para o âmbito privado, tornando-se uma das instituições de referência até os dias atuais (PINTO E JUNIOR; 2012). A formação ganhou relevância e em 1965 a profissão foi regulamentada. A partir deste momento, a profissão tornou-se uma opção de formação bastante procurada e necessitando maior padronização, de forma que, 40 anos depois, a câmara de educação superior do conselho nacional de educação apresentou a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 com o objetivo de estabelecer as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Administração.

Em 2015, dez anos depois da resolução voltada para a graduação em Administração, o curso era oferecido por pelo menos 1.509 instituições e o número de cursos voltados para o gerenciamento e administração era de 4.775, dos quais 87% eram em IES privadas (INEP, 2016). O curso de administração apresentou crescimento contínuo e é visto como gerador de lucro para as IES privadas, o que pode comprometer a qualidade do ensino e conseqüentemente o próprio curso (SOUZA E SOUZA, 2012). Apesar desse crescimento dos cursos de graduação e do número de matriculados, o número de concluintes do curso de Administração em todo Brasil, no ano de 2015, nas IES Públicas, foi de 13,52% dos matriculados, ficando pouco abaixo do percentual das Instituições Privadas de 16,65% (INEP, 2016).

Em 2016, no Amazonas, 30 Instituições ofereciam o curso de Administração, sendo 3 Públicas e 27 Privadas, totalizando 25.065 matriculados, dos quais 4.255 em instituições públicas e 20.810 em privadas. Essas instituições graduaram, neste mesmo ano, 5.029 bacharéis, sendo 766 nas IES públicas e 4263 nas privadas. O índice de concluintes do curso naquelas foi de 20,48% dos matriculados nestas e 18% dos naquelas (INEP, 2016).

A IMPORTÂNCIA DO CORPO DOCENTE

O docente é aquele responsável pela propagação do saber prático e científico (SOUZA E SOUZA, 2012). Se as universidades são organizações responsáveis por criar e reproduzir o conhecimento, os docentes são um recurso-chave nessas atividades. A qualidade do conhecimento gerado e transmitido está diretamente ligada às características, qualificação e performance dos docentes.

Uma das estratégias de competição das IES é a busca pela qualidade nos serviços educacionais ofertados (MAINARDES, DESCHAMPS E TONTINI, 2009) e, ainda que, a IES possua inúmeros recursos tecnológicos avançados e bons recursos financeiros, é necessário um corpo docente qualificado e comprometido (NOSSA 1999).

Na educação básica e de nível médio, os professores são formados especialmente para atuar na área, ao contrário do ensino superior em que não há um curso específico de graduação (VALENTE E VIANA 2010). A formação dos docentes de nível superior baseia-se no grau acadêmico e na experiência de trabalho técnicos e empíricos. Ainda assim, a docência no nível de ensino superior exige competências específicas, como: formação técnico-científica; formação prática; formação pedagógica; e formação política (NOSSA, 1999).

A responsabilidade que o corpo docente de uma universidade possui é colocada em questão por Oliveira e Silva (2012) quando afirmam que o docente do ensino superior é responsável por preparar o aluno para lidar com os desafios presentes na sociedade. Esses desafios mudam constantemente conforme os acontecimentos no país e no mundo, justamente por este motivo é que o ensino superior é considerado essencial na educação e na formação de um cidadão, pois vai além de preparar para o trabalho, preocupando-se também com o desenvolvimento para o cotidiano da vida.

Anastasiou e Pimenta (2002) e Isaia (2006) argumentam que pesquisadores em vários campos de conhecimento ingressam no magistério, como consequência natural de suas atividades originais, porém sem o arcabouço reflexivo-social do que significa ser professor, que para Imbernón (2012) deve ser um profissional capaz de alinhar suas competências científicas, pedagógicas e didáticas, de maneira que possa executar a prática pedagógica adaptando-a aos desafios de enfrentar novos problemas, incertezas e a transitoriedade dos conhecimentos.

Mintzberg e Gosling (2003) afirmam que a estruturação da educação em Administração deve considerar a natureza das atividades de gestão e Bethlem (1999) aborda a necessidade de formação de administradores alinhados com o ambiente de negócios brasileiro. É imprescindível que tanto as escolas como as empresas observem as características econômicas, culturais, sociais e políticas locais para estudar e implementar a gestão.

Souza-Silva e Davel (2005, p. 121) classificam quatro categorias de professores de Administração: (a) alta experiência docente e alta vivência em gestão; (b) alta experiência docente e carência de vivência gerencial; (c) baixa experiência docente e alta vivência gerencial; e (d) baixa experiência docente e baixa vivência empresarial. Os autores concluem que a prática e as competências empíricas dos professores vinculados a cursos de Administração no País é mais próxima das práticas de mercado do que das práticas de ensino e pesquisa, uma vez que a presença de professores com alta experiência docente e alta vivência gerencial é modesta.

A formação do profissional de Administração há algum tempo instiga a necessidade de que os profissionais da área se posicionem além do aspecto empírico de execução. Pois, percebe-se uma nova amplitude do escopo de atuação do profissional, para além da necessidade básica da simples reprodução do conhecimento, que visava atender rapidamente com certa qualidade e flexibilidade as necessidades organizacionais (FESTINALI, 2005).

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa descritiva buscou caracterizar o grupo de professores que compunham o corpo docente do departamento de Administração da UFAM, no ano de 2016, de modo a evidenciar as principais características predominantes do grupo.

Antes da coleta dos dados, foi realizado um levantamento bibliográfico no Portal Spell para melhor embasamento teórico acerca do ensino superior, do curso de administração e acerca dos corpos docentes das IES. Além disso, também foram analisados alguns dados do INEP para melhorar o entendimento do objeto pesquisado.

De natureza básica, os resultados da pesquisa podem ser aproveitados para ações práticas e em pesquisas aplicadas ou tecnológicas (PRODANOV E FREITAS, 2013).

A pesquisa foi documental e de cunho quantitativo. Os dados foram coletados a partir das informações obtidas no Departamento de Administração da UFAM que identificou os docentes que nele trabalharam no ano de 2016. A partir dessa informação buscamos os currículos dos docentes na plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Com todos os currículos coletados, foram retiradas as informações e dados para alimentar uma planilha do software Microsoft Excel, a fim de facilitar a tabulação, análise e interpretação dos resultados por meio de gráficos em 25 critérios, que possibilitaram traçar as características relevantes do grupo de professores para traçar o perfil do corpo docente.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

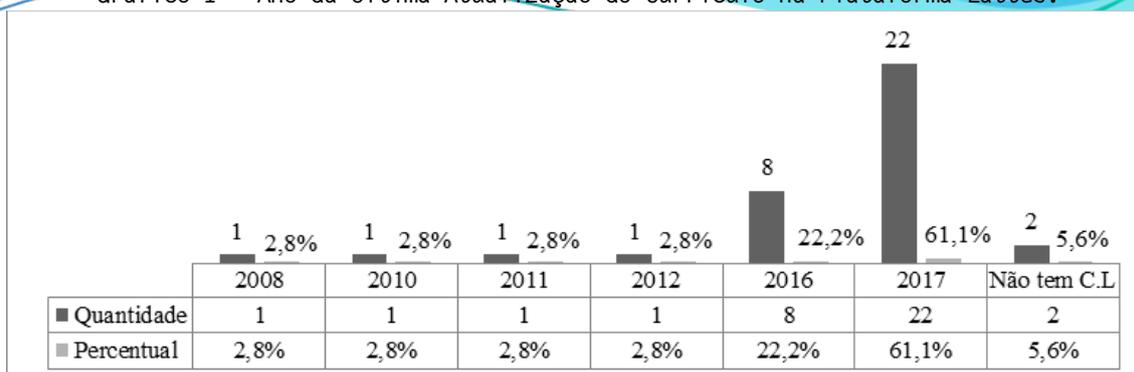
Em 2016, o chamado Departamento de Administração (DA) da UFAM, possuía trinta e seis professores de carreira nele lotados. A pesquisa não considerou professores substitutos, visitantes e voluntários, pois os mesmos são temporários e suas informações não seriam relevantes para os fins dessa pesquisa, uma vez que não compõem o ativo de pessoal permanente da Universidade ou do DA.

Dentre o pessoal permanente, que compôs o conjunto do objeto de estudo havia 9 mulheres e 27 homens. Portanto, o DA era em 2016 um departamento eminentemente masculino, em que as mulheres alcançavam 25% do total de integrantes.

O levantamento de dados foi realizado em 15 de setembro de 2017, isto é, qualquer informação inserida ou ajustada após essa data não fora coletada, nem tabulada nesta pesquisa. Do total de professores, dois não possuíam currículo cadastrado na Plataforma Lattes e um estava cadastrado com informações incompletas.

O primeiro fator observado foi a última atualização do currículo Lattes. Através desse, foi possível identificar o grau de conformidade das informações coletadas para esta pesquisa com a atuação do docente no DA.

Gráfico 1 - Ano da Última Atualização do Currículo na Plataforma Lattes.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A maioria das atualizações ocorreram em 2016 e 2017. Cerca de 83% dos professores incluíram informações recentes em seus currículos e 11% contavam com informações de 4 anos passados, ou mais, o que pode apresentar algumas distorções em relação à situação de 2016.

Tabela 1 - Regime de Trabalho do Corpo Docente.

Carga Horária	Quantidade	Percentual
20 H	2	5,6 %
40 H	0	0 %
DE	30	86,1 %
Não possui informações	1	2,8 %
Não possui C.L.	2	5,6 %
Total	36	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O regime de trabalho é um fator relevante associado ao engajamento do docente em atividades não ligadas ao ensino, como projetos de extensão, pesquisa e funções administrativas.

Dos 36 professores, 31 (86,1%) são contratados no regime de Dedicção Exclusiva (DE). Portanto, a grande maioria dos docentes do DA tem atuação profissional voltada para uma única instituição, no caso a UFAM, não obstante a existência da Resolução n. 002/2008 do Conselho de Administração da UFAM que, embora estabeleça os regimes de trabalho como 20 horas ou Dedicção Exclusiva, possibilita que sejam observadas as especificidades das áreas de Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas, na qual, pela organização institucional da UFAM, a Administração se inclui.

Uma vez que a Resolução n. 12/1991 do Conselho Universitário da UFAM, em vigor à época, estabelece que os professores devem ter o mínimo de 15h semanais de aula, que serão acrescidos de mais 1h de atividades de preparação, correção de provas e atendimento aos alunos para cada hora de aula, há tempo suficiente na jornada de 40h para que os docentes se dediquem também a funções administrativas ou se engajem em atividades de pesquisa ou extensão, que diminuem a exigência de horas-aulas para 8h semanais.

As graduações dos professores foram analisadas para verificar a aderência da formação do corpo docente com a área do conhecimento de Administração

Tabela 2 - Primeira Graduação do corpo docente.

Área	Quantidade	Percentual
Administração	23	63,9%
Administração de Empresas	2	5,6%
Ciências da Computação	1	2,8%
Ciências Econômicas	2	5,6%
Engenharia Civil	1	2,8%
Engenharia de Produção	1	2,8%
Engenharia Mecânica	2	5,6%
Licenciatura em práticas Industriais	1	2,8%
Não possui informações	1	2,8%
Não tem C.L	2	5,6%
Total	36	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores - dados da pesquisa

Vinte e cinco professores (69,5 %) são bacharéis em Administração. As engenharias correspondem a 11,2% das graduações. Por conseguinte, verificamos se os professores possuem uma segunda área de graduação.

Tabela 3 - Segunda Graduação do corpo docente.

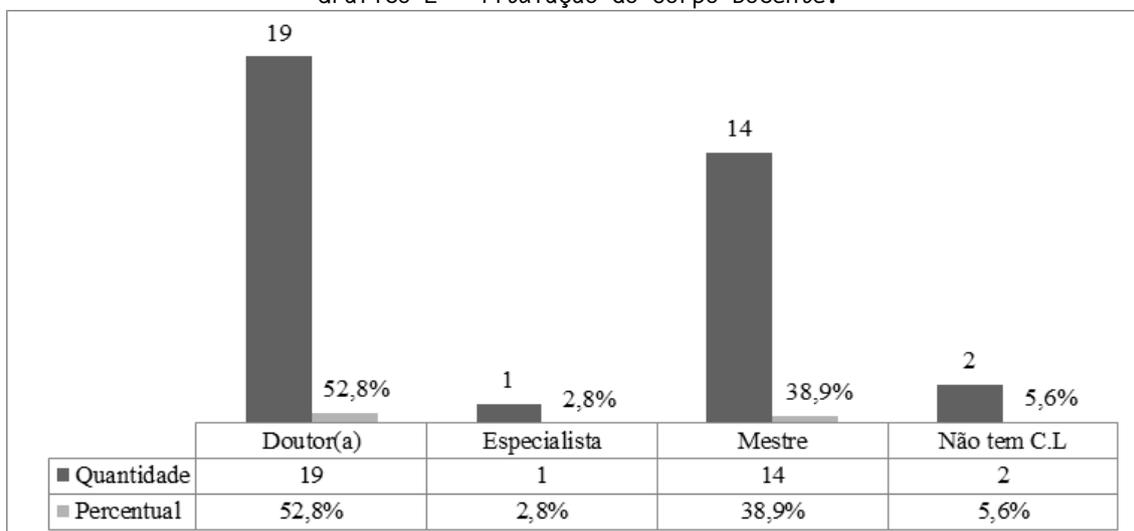
Área	Quantidade	Percentual
Administração	2	5,6%
Administração de Empresas	1	2,8%
Direito	2	5,6%
Não possui	26	72,2%
Processamento de dados	1	2,8%
Psicologia	1	2,8%
Não tem C.L	2	5,6%
Não Informado	1	2,8%
Total	36	100,0%

Fonte: Elaborado pelos autores - dados da pesquisa.

No DA, sete professores (19%) possuem uma segunda graduação. Desses, somente três possuem bacharelado em Administração. Identificou-se que apenas um professor teria uma terceira graduação, sendo essa em Ciências Econômicas.

A Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo 52 define que as universidades tenham pelo menos um terço do corpo docente com pós-graduação stricto sensu, isto é, titulação acadêmica de mestrado ou doutorado. Em nível departamental, em 2016, o DA cumpria essa exigência, conforme aponta o Gráfico 2 e Tabela 4.

Gráfico 2 - Titulação do Corpo Docente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Identificamos que mais da metade do corpo docente possui pós-graduações stricto sensu. Do percentual total, 55,5% possuíam doutorado e 36,1% o mestrado concluído. Sendo que, 25% são apenas mestres e 11,1% estão com doutorado em andamento. Apenas 1 docente (2,8%) não incluiu essa informação em seu currículo Lattes, pois o mesmo não preencheu todas as informações e não o atualiza há mais de sete anos. Dois professores possuem pós-doutorado.

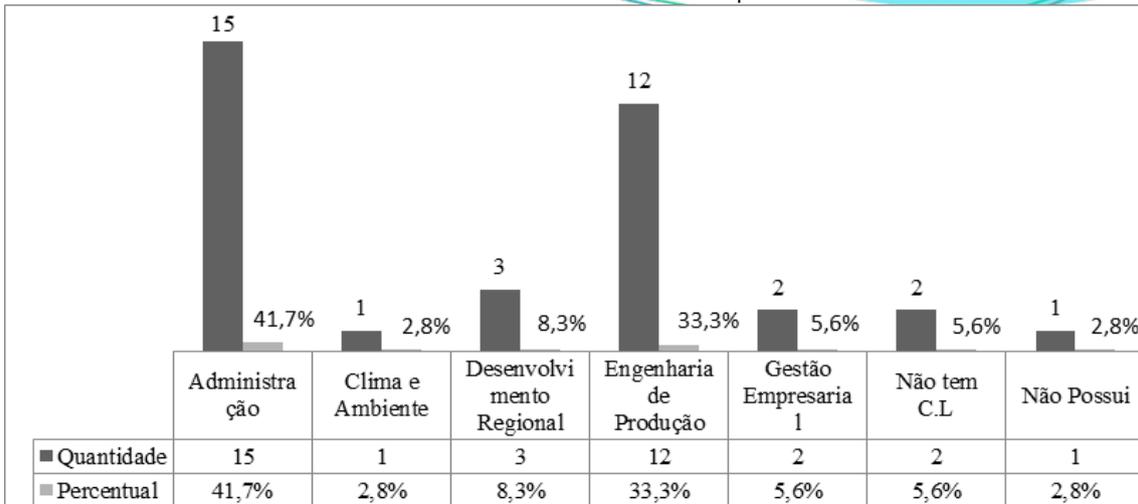
Tabela 4 - Titulação dos docentes do departamento em relação ao doutorado.

Titulação	Quantidade	Percentual
Não possui Mestrado	1	2,8%
Apenas Mestre	9	25%
Doutorado em andamento	4	11,1%
Doutorado concluído	20	55,6%
Não possui C.L.	2	5,5%
Total	36	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Gráfico 3 mostra a área da titulação dos mestrados dos docentes.

Gráfico 3 - Área de Mestrado do Corpo Docente.

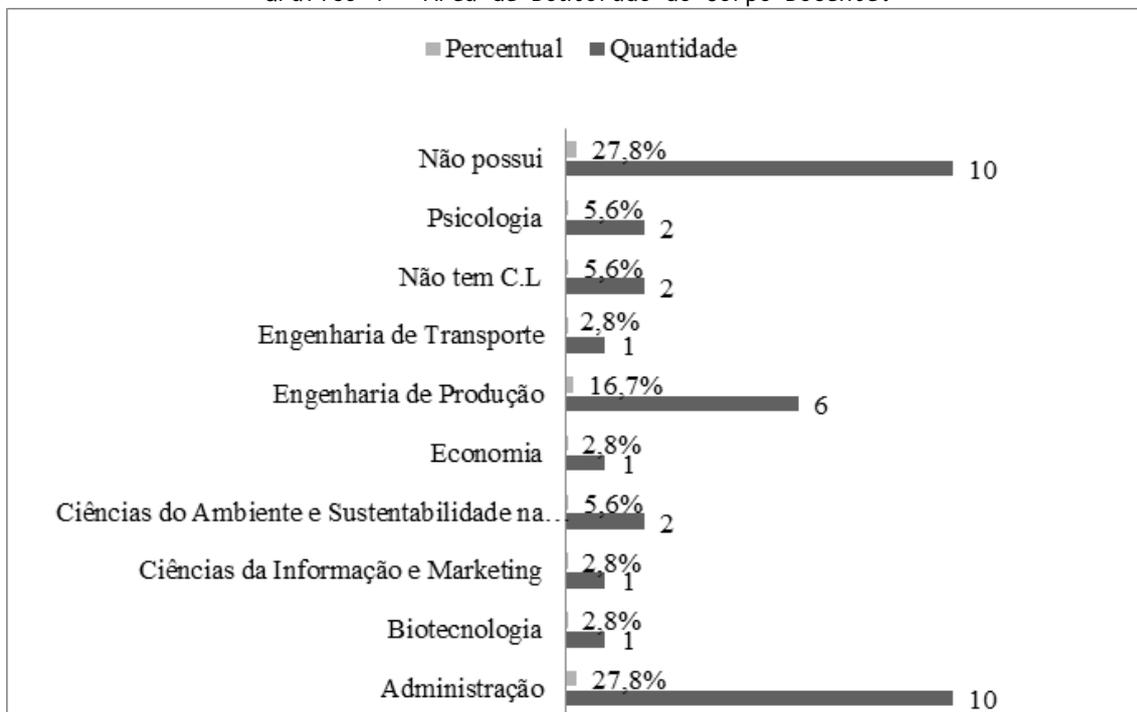


Fonte: Elaborado pelos autores.

É possível visualizar que Administração é a área que prevalece entre o Mestrado dos docentes, seguido de Engenharia de Produção. Identificamos apenas um professor que possui dois mestrados, sendo um em Economia de Empresas e o outro em Engenharia de Produção, entretanto, consideramos apenas o mestrado em Engenharia de Produção por ser mais recente em relação ao outro. É interessante ressaltar que a área de engenharia de produção é muito presente entre os docentes do DA.

Assim como no mestrado, Engenharia de Produção é a segunda área mais presente dentre os títulos dos doutores do DA, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Área de Doutorado do Corpo Docente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Avaliamos o tempo decorrido desde a última titulação. Foram considerados apenas os títulos já obtidos e registrados nos currículos lattes na coleta de dados em 15 de setembro de 2017. Os cursos em andamento não foram contemplados na Tabela 5.

Tabela 5 - Tempo da Última Titulação.

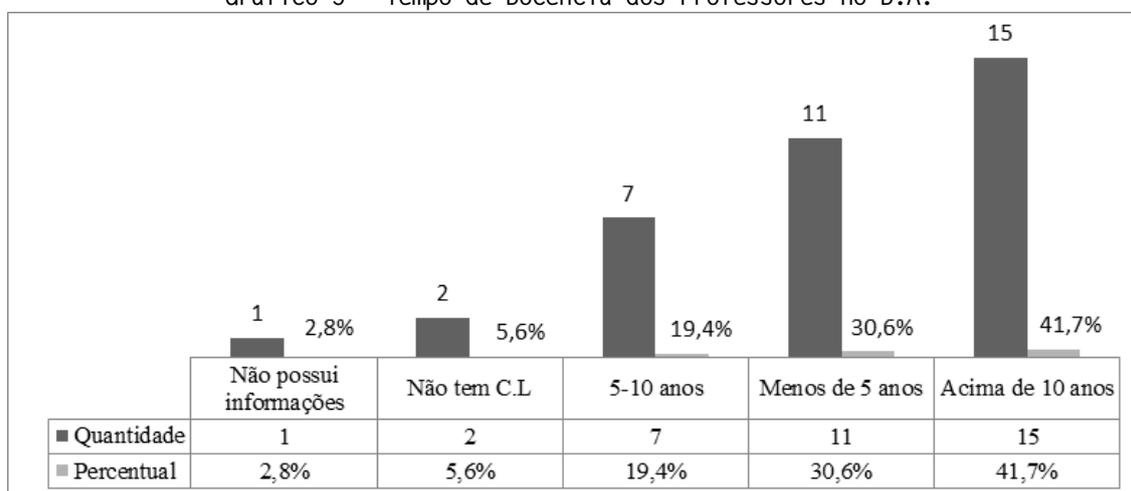
Tempo	Quantidade	Percentual
Menos de 5 anos	13	36,1%
5-10 anos	11	30,6%
Acima de 10 anos	10	27,8%
Não tem C.L	2	5,6%
Total	36	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para melhor compreensão da Tabela 5, consideramos como “Menos de 5 anos” todas as titulações adquiridas a partir do ano de 2013, “5 a 10 anos” as que foram adquiridas entre os anos de 2007 e 2012, e “Acima de 10 anos” as adquiridas em 2006 ou antes disso. O maior percentual é referente aos professores que adquiriram sua titulação a partir de 2013, demonstrando que o quadro do DA tem uma formação recente.

O tempo de docência no ensino superior que os professores do departamento possuem é importante para tentar medir o grau de experiência do corpo docente. Antes de ser professor na Ufam, 21 docentes (58,3%) tiveram experiência em docência em nível superior, oito foram professores por mais de dez anos, cinco entre cinco a dez anos e oito por menos de cinco anos. Outra informação interessante é que pelo menos oito professores tiveram uma experiência como professor substituto ou visitante na própria Universidade, vindo, posteriormente, a fazer parte do corpo docente efetivo após a experiência. O Gráfico 5 apresenta o tempo de docência dos professores no DA.

Gráfico 5 - Tempo de Docência dos Professores no D.A.



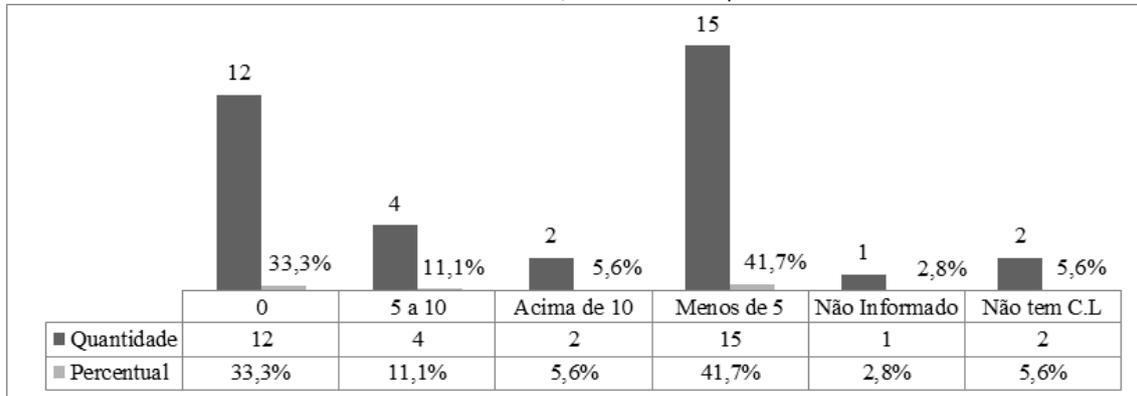
Fonte: Elaborado pelos autores.

Dezoito professores (50%) possuíam, em 2016, 10 anos ou menos de experiência no DA e 15 professores (41,7%) tinham mais de dez anos no departamento. Assim, o corpo docente, nesse ano, estava dividido entre professores que podemos considerar com bastante experiência institucional e aqueles que ainda não haviam superado 1 década na mesma instituição, sendo que onze deles (30,6%) estava ali a menos de 5 anos.

Por ser a principal responsável em tornar os acadêmicos futuros profissionais preparados para lidar com problemas e mudanças do cotidiano, do ambiente de trabalho e da sociedade, a universidade tem um papel importante em desenvolver os

alunos para serem capazes de assimilar conhecimento e desenvolver discernimento e senso crítico. Para transmitir isso ao aluno, é necessário que o corpo docente repasse suas experiências e incentive os acadêmicos por meio de atividades criativas, dinâmicas e consistentes. Levantamos os dados relativos às experiências de pesquisa e extensão, produções acadêmicas e científicas do corpo docente.

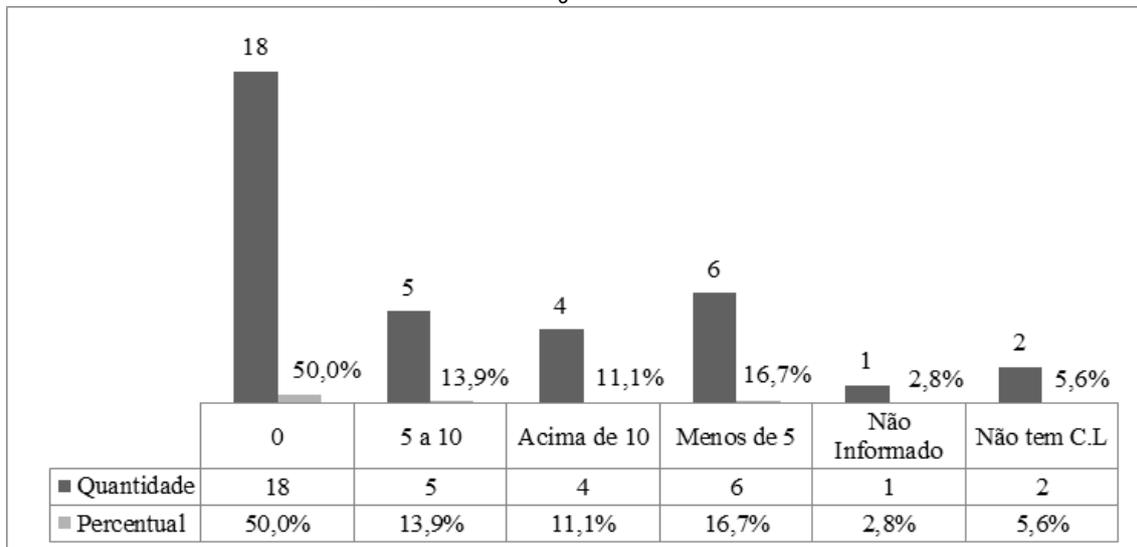
Gráfico 6 - Projetos de Pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificamos que um total de 21 professores registraram nos seus currículos lattes a participação em projetos de pesquisa. Dois docentes com mais de 10 projetos.

Gráfico 7 - Projetos de Extensão.



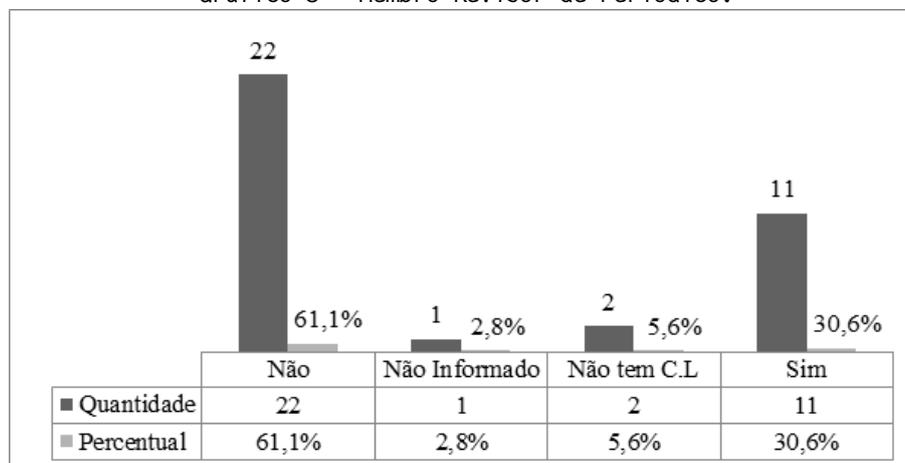
Fonte: Elaborado pelos autores.

No DA, apenas 15 docentes possuem algum projeto de extensão (Gráfico 7) registrado em seus currículos lattes, ao passo que 18 não apresentavam registro. No DA, menos professores se engajaram pelo menos uma vez em projetos de extensão em comparação com aqueles que se envolvem com projetos de pesquisa. Podemos dizer que os docentes deste departamento são muito mais pesquisadores que extensionistas.

Atuar como revisor de periódico ou membro de corpo editorial de algum periódico pode apontar no docente um empenho pessoal em manter uma relação técnica e profissional com a comunidade acadêmica e científica da sua área, procurando se manter em contato com o estado da arte da produção acadêmica das suas subáreas de interesse. Isso faz com que os mesmos trabalhem o conhecimento científico de maneira global, que aprimorem seus conhecimentos e habilidades metodológicas, desenvolvam capacidade

crítica e conheçam os resultados e metodologias de projetos de pesquisa praticados por pares. O Gráfico 8 aponta que 11 professores do DA (30,6%) até 2016 haviam exercido ou registrado esse tipo de atividade em seu Currículos Lattes. É certo que essa característica não é predominante no corpo docente em análise.

Gráfico 8 - Membro Revisor de Periódico.



Fonte: Elaborado pelos autores.

A publicação de artigos em periódicos indexados em bases de dados relevantes, a apresentação de trabalhos em eventos internacionais e nacionais, a edição e organização de livros dentre outras atividades que promovem a divulgação do conhecimento acadêmico e científico é uma das atividades mais relevantes na docência superior em todo o mundo. Pois isso, coloca o resultado do trabalho dos profissionais que o fazem em contato direto com a vanguarda do conhecimento da área, colocando os resultados alcançados no conjunto da construção colaborativa do desenvolvimento da ciência global, do seu país, região ou cidade. A Tabela 6 demonstra quantitativamente o desempenho dos professores do DA nestas atividades até o ano de 2016. Ressaltamos que a pesquisa não distinguiu a produção registrada nos currículos lattes quanto à qualidade do conteúdo dos artigos e nem dos periódicos e eventos em que foram publicados ou apresentados.

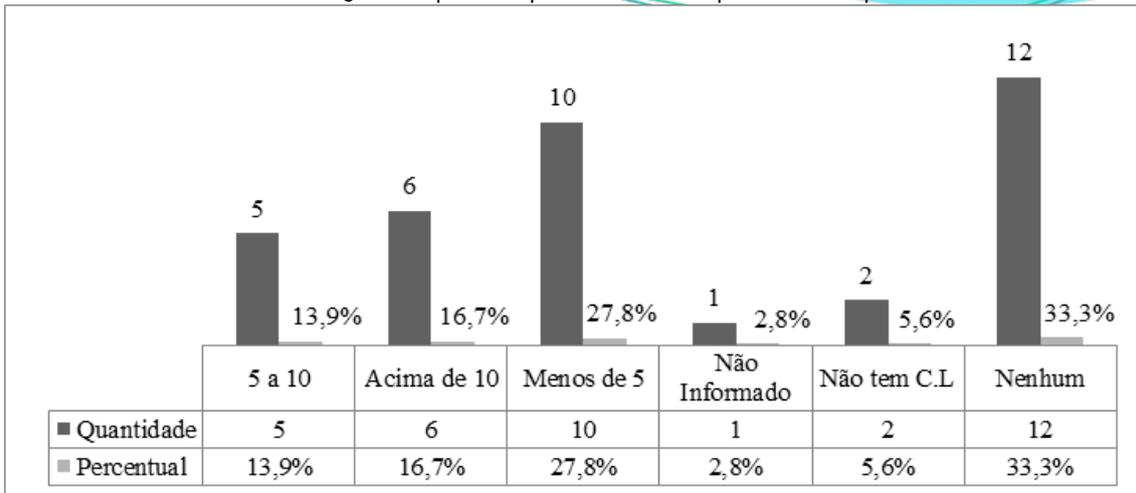
Tabela 6 - Atividades Acadêmicas e Científicas.

Categoria	Artigos Completos Publicados em Periódicos	Livros publicados/ organizados ou edições	Capítulos de livros publicados	Trabalhos completos publicados em anais de congressos	Resumos publicados em anais de congressos	Apresentaç de Trabal
Especialista	0	0	0	0	0	0
Mestre	5	6	2	7	3	6
Doutor(a)	16	10	16	14	8	16

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 6 mostra que os docentes doutores são mais ativos e efetivos em relação às publicações do que os mestres. O Gráfico 8 demonstra a quantidade de artigos por docente.

Gráfico 9 - Artigos completos publicados em periódicos por docente.

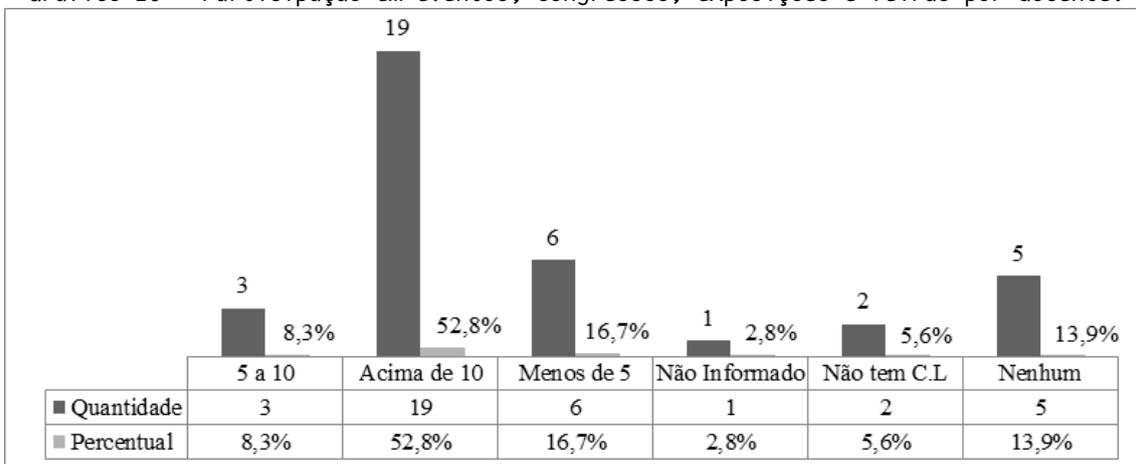


Fonte: Elaborado pelos autores.

Vinte e um professores já publicaram algum artigo em periódico. Dez professores publicaram menos de cinco artigos, ou seja, ainda que 58,4% dos docentes tenham publicado os resultados de suas pesquisas em periódicos, a metade desse quantitativo publicou menos de 5 vezes. Assim, individualmente, a dedicação voltada para este tipo de atividade não é tão alta.

No currículo Lattes há um espaço para que os professores preencham suas participações em eventos, congressos, exposições e feiras. No Gráfico 9 podemos observar a quantidade de eventos que os docentes já participaram.

Gráfico 10 - Participação em eventos, congressos, exposições e feiras por docente.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Vinte e oito professores registraram que participaram de algum evento que consideraram ser relevante para a inclusão no seu currículo Lattes. A maioria desses professores participou de mais de dez eventos. Assim, é possível supor que mais de três quartos dos professores participam de atividades em que, teoricamente são debatidos temas e assuntos específicos da área de formação ou de interesse, ainda que não tenhamos avaliado a relevância dos eventos registrados.

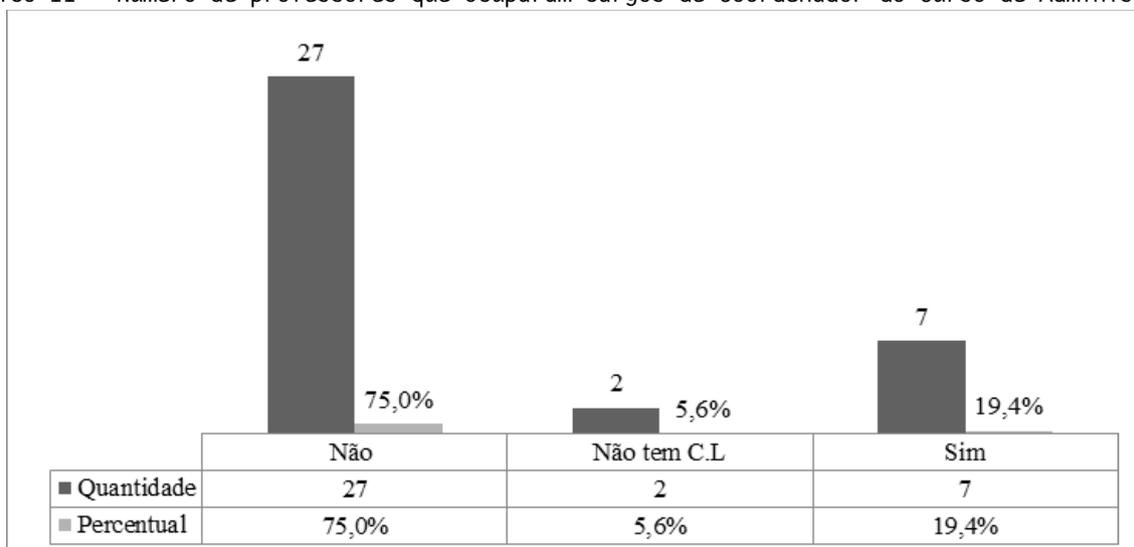
Um dos eventos relevantes na área de Administração é o anual Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), que promove o ensino, da pesquisa e na produção de conhecimento dentro do campo das ciências administrativas, contábeis e afins no Brasil. A partir deste evento, o autor pode “aperfeiçoar seu trabalho e submetê-lo a um periódico, dando sequência ao

processo de divulgação científica [...] além de proporcionar a oportunidade de interação social entre pares, de modo a alavancar a formação e o fortalecimento de redes de pesquisa” (ANPAD, 2018).

Até 2016, apenas oito professores participaram de EnANPADs e treze professores já participaram de algum evento internacional.

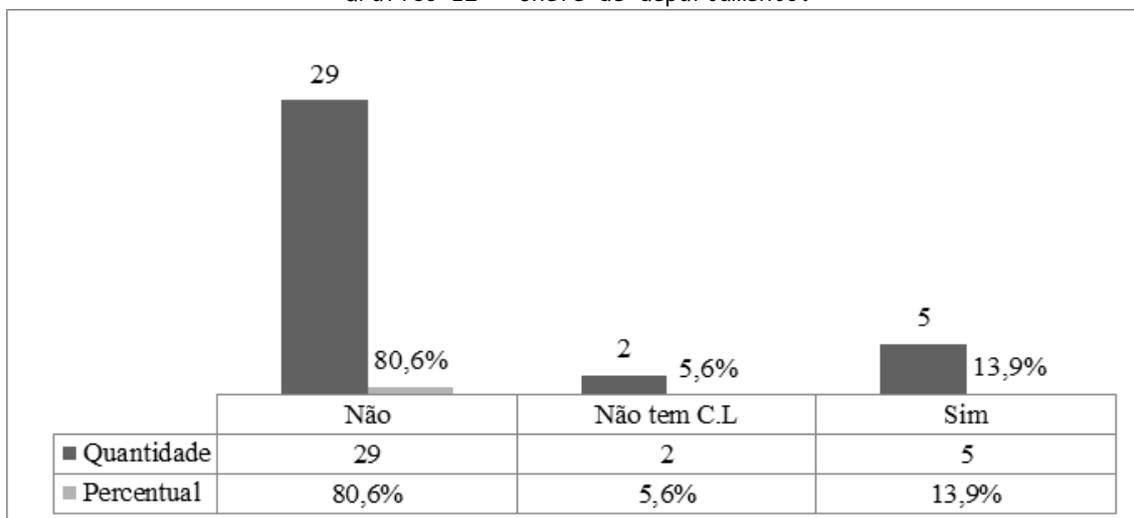
Os Gráficos 11, 12 e 13 tratam de funções administrativas. A análise delas é feita em conjunto em parágrafo após as mesmas.

Gráfico 11 - Número de professores que ocuparam cargos de Coordenador do Curso de Administração



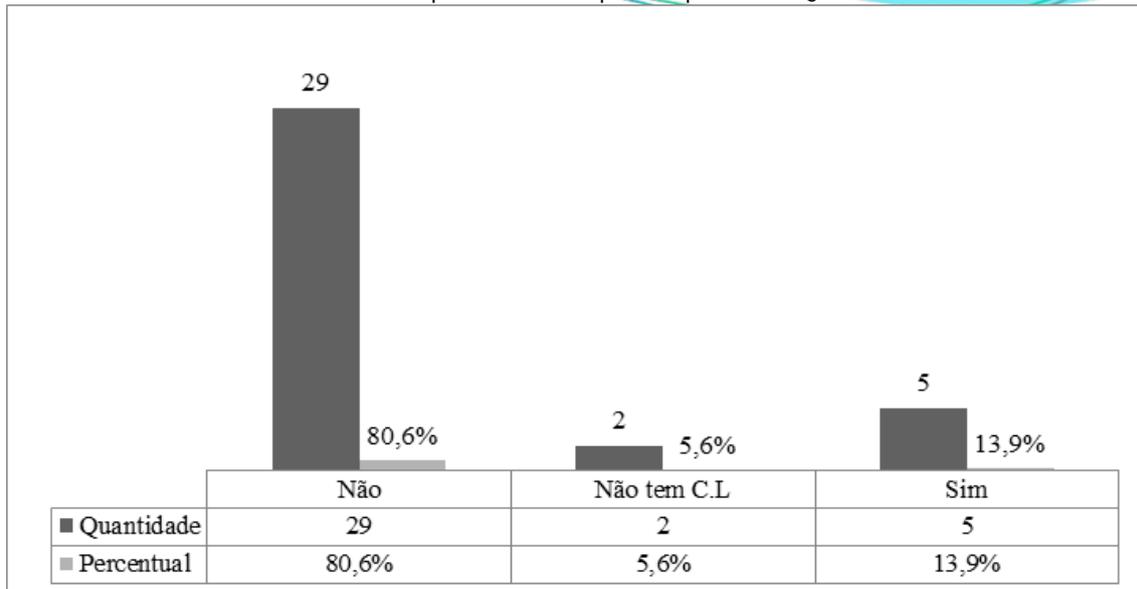
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 12 - Chefe de departamento.



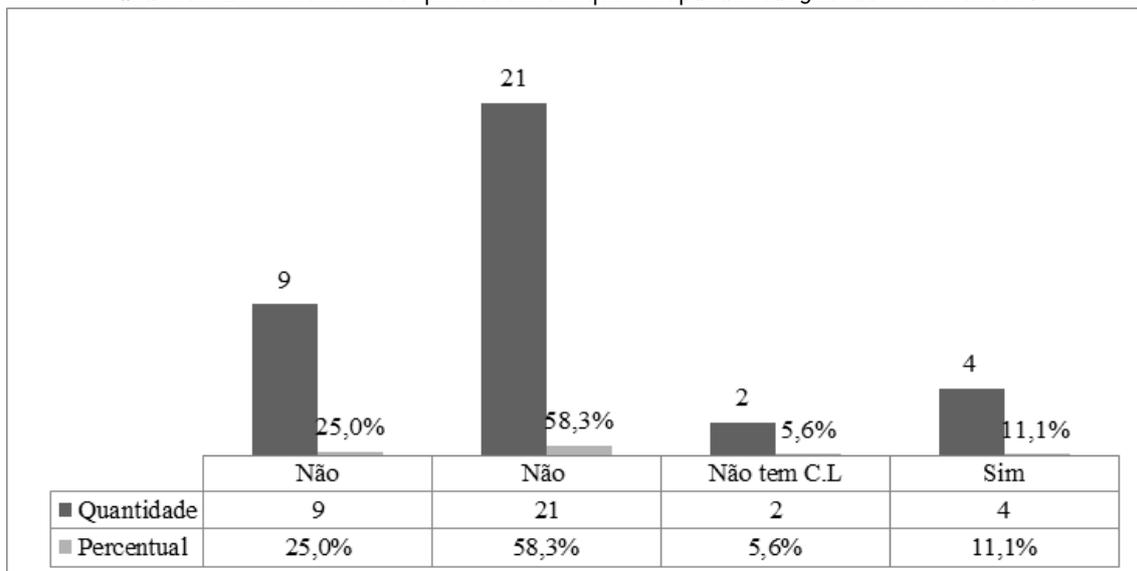
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 13 - Número de professores que ocuparam cargos de Diretoria.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 14 - Número de professores que ocuparam cargos de Pró-reitor.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Em relação às atividades administrativas, percebe-se que havia uma concentração de professores nessas funções ou cargos. O Gráfico 11 mostra que apenas 7 professores (19,4%) já haviam exercido a função de coordenador de curso de graduação em administração na Ufam, ainda que nenhum tenha sido coordenador de programa de pós-graduação stricto sensu. Conforme Gráfico 13, nove professores (25%) já ocuparam a função de pró-reitores na Universidade, ou seja, um quarto dos docentes de carreira do DA, em 2016, já haviam sido nomeados para cargos de segundo escalão na gestão universitária da UFAM, que são cargos de alta responsabilidade, respondendo hierarquicamente diretamente ao Reitor. Some-se a isso o fato de que 5 professores (13,9%) haviam ocupado algum cargo de diretoria na instituição, não necessariamente a de Diretor da Unidade Faculdade de Estudos Sociais, que abriga além do Departamento de Administração, o de Contabilidade e o de Economia. Não havia no DA em 2016 nenhum docente de carreira que tenha ocupado os cargos máximos de Reitor ou Vice-Reitor.

CONCLUSÕES

Nesta pesquisa, investigamos, a partir dos currículos Lattes dos professores que compõem o corpo docente do departamento de administração da Universidade Federal do Amazonas, as características marcantes desse departamento universitário que possui mais de 50 anos de atuação.

Em 2016, o DA era composto em sua maioria por professores homens com o vínculo de Dedicção Exclusiva à UFAM, ou seja, com a obrigação de cumprirem 40 horas semanais de trabalho. Assim, embora haja a possibilidade de que os professores possam solicitar o regime de 40h sem dedicação exclusiva, essa situação inexistia no Departamento, ainda que existissem 2 professores 20h. Se não ocorria em 2016, a longo prazo, essa característica pode colocar o corpo docente do DA/UFAM no perfil caracterizado por Souza-Silva e Daniel (2005) como de alta experiência docente e baixa experiência gerencial.

O perfil é composto majoritariamente por profissionais graduados em Administração e engenharias, o que também se repete na formação acadêmica em profundidade, isto é, nas áreas em que os professores cursaram seus mestrados e doutorados, onde novamente a administração é a área mais comum, seguida novamente e uma área da engenharia, neste caso, a Engenharia de Produção. O departamento possui formação recente. A maioria dos titulados como mestres ou doutores, concluíram suas formações nos últimos 5 anos a contar de 2016, além de contar com membros em processo de doutoramento, o que demonstra um esforço institucional, departamental e pessoal pela qualificação do pessoal efetivo, o que aponta para as implicações apontadas por Morosoni (2000) em relação à remuneração e à avaliação da IES pelo MEC.

Pelo número de professores com mais de 10 anos de efetividade no departamento, consideramos o corpo docente do DA experiente na docência universitária, ainda, que essa atuação esteja muito concentrada nas atividades de Ensino, uma vez que os registros encontrados no Lattes não mostram participação contínua da maioria dos professores em atividades de pesquisa e principalmente na extensão.

Notamos que em 2016 havia poucos registros da interação dos professores desse departamento com a rede nacional da área do conhecimento de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo estabelecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que por exemplo atribui relevância aos periódicos acadêmico-científicos para área em que os profissionais podem submeter e publicar artigos com resultados de suas pesquisas e atuação, além de participar como pareceristas. Concluímos pela pouca participação nesta rede pelo baixo número de professores que registraram atividades de pareceristas em periódicos, bem como na publicação de artigos ou na participação de eventos da ANPAD.

A pesquisa mostrou que no âmbito da UFAM, há um reconhecimento da capacidade gerencial e administrativa dos professores que compõem o DA, pelo número daqueles que já alcançaram cargos de direção na gestão universitária, inclusive no segundo escalão, como é o caso das Pró-reitorias.

Em se tratando de atividades administrativas, também observamos que a composição do departamento em 2016 mostrava que um número pequeno de professores detinha experiências e oportunidades de coordenação e chefia.

Concluímos que o DA da UFAM em 2016 era formado principalmente por homens, bacharéis em Administração e engenheiros, com a maioria dos professores doutores e em doutoramento, com formações recentes no que tange à pós-graduação stricto sensu, a maioria dos docentes tinha até 10 anos de experiência na UFAM. o corpo docente do DA era mais envolvido em atividades de ensino e pesquisa. A extensão não era uma prática comum. Os membros do DA pouco se relacionam com outros profissionais da área em âmbito nacional e internacional. Mostra-se recorrente que os membros do DA sejam convidados a participar da gestão superior da universidade, ainda que os cargos de chefia e departamento estejam concentrados em um número pequeno de professores.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIOU, Lea das Graças C.; PIMENTA, Selma Garrido. Docência no ensino superior. São Paulo, 2002.
- BERTERO, Carlos Osmar. A docência numa universidade em mudança. Cadernos EBAPE. BR, v. 5, n. SPE, p. 01-11, 2007.
- BETHLEM, A. Gestão de negócios: uma abordagem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BRASIL. Lei nº 10.468, de 20 de junho de 2002. Altera o art. 3º da Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962, dando nova denominação à Universidade do Amazonas. Lex: Legislação federal. 2002.
- BRASIL. Lei nº 4.069-A, de 12 de junho de 1962. Cria a Fundação Universidade do Amazonas e dá outras providências. Lex: Legislação federal. 1962
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996, seção 1, p. 27.834
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, bacharelado, e dá outras providências. Normas. 2005.
- CUNHA, MI da. Docência na universidade, cultura e avaliação institucional: saberes silenciados em questão. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 32, p. 258-271, 2006.
- FESTINALLI, R. C. A formação de mestres em Administração: por onde caminhamos?. Organizações & Sociedade, v. 12, n. 35, p. 135-150, 2005
- FISCHER, Tânia Maria Diederichs. Difusão do conhecimento sobre organizações e gestão no Brasil: seis propostas de ensino para o decênio 2000/2010. Revista de Administração Contemporânea, v. 5, n. SPE, p. 123-139, 2001.
- FISCHER, Tania. Engenhos e artes do ofício de ensinar: PCDA, um programa brasileiro. Organizações & Sociedade, v. 12, n. 35, p. 183-193, 2005.
- FRANCO, Patrícia Lopes Jorge; LONGAREZI, Andréa Maturano. Elementos constituintes e constituidores da formação continuada de professores: contribuições da Teoria da Atividade. Educação e Filosofia, v. 25, n. 50, p. 557-582, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUSKEY, Thomas R. Professional development and teacher change. Teachers and teaching, v. 8, n. 3, p. 381-391, 2002.
- HUBERMAN, Michael. On teachers' careers: Once over lightly, with a broad brush. International journal of educational research, v. 13, n. 4, p. 347-362, 1989.
- IMBERNÓN, Francisco. Formação continuada de professores. Artmed Editora, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2005. Brasília: Inep, 2006. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 1995. Brasília: Inep, 1996. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 15.06.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Conceito Preliminar de Curso. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/conceito-preliminar-de-curso-cpc->. Acesso em: 15.06.2018

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília: Inep, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 15.06.2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 1995. Brasília: Inep, 1995. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 15.06.2018.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar. Desafios à docência superior: pressupostos a considerar. Docência na educação superior. Brasília: INEP, p. 65-86, 2006.

JUSTEN, Agatha; GURGEL, Claudio. Cursos de Administração: a dimensão pública como sujeito excluído. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 13, n. 4, p. 852-871, Dec. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512015000400011&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Dec. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395112349>.

MAINARDES, E. W.; DESCHAMPS, M.; TONTINI, G. Percepções dos stakeholders sobre a qualidade de uma Instituição de Ensino Superior. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, v. 8, n. 1, p. 90-105, 2009.

MASETTO, Marcos. Docência na universidade. Papirus Editora, 1998.

MINTZBERG, Henry; GOSLING, Jonathan. Educação em administração. Educando administradores além das fronteiras. RAE-Revista de Administração de Empresas, v. 43, n. 2, p. 29-43, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, p. 89-102, 2001.

NOSSA, Valcemiro. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em Contabilidade no Brasil: uma análise crítica. Cad. estud., São Paulo , n. 21, p. 01-20, 1999 .

OLIVEIRA, Adriana Rivoire Menelli de; ESCOTT, Clarice Monteiro. Políticas públicas e o ensino profissional no Brasil. Ensaio: aval.pol.públ.Educ., Rio de Janeiro , v. 23, n. 88, p. 717-738, 2015.

OLIVEIRA, V. S.; SILVA, R. F. Ser bacharel e professor: dilemas na formação de docentes para a educação profissional e ensino superior. *Holos* v. 2, n. 28, p. 193-205, 2012.

PINTO, V. R. R.; MOTTER JUNIOR, M. D. Uma abordagem histórica sobre o ensino da administração no Brasil. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 6, n. 4, p. 1-28, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. - 2. ed. - Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMALHO, Bentânia Leite. Reflexões sobre o ensino e o exercício da docência no ensino superior. *ForGRAD em revista*, Vitória, n. 1, p. 26-32, 2006.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. Disponível em: < <http://ruf.folha.uol.com.br/2017/>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

REIS, J. A. F. D.; MARTINS, R. R. R.; GAI0, J.; LOHMANN, L. M. Estrutura do ensino superior brasileiro: um diagnóstico estratégico societário. *Revista Brasileira de Estratégia*, v. 7, n. 1, p. 88-99, 2014.

SAMPAIO, Helena. Diversidade e diferenciação no ensino superior no Brasil: conceitos para discussão. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo , v. 29, n. 84, p. 43-55, 2014

SIKES, Patricia. The life cycle of the teacher. *Teachers' lives and careers*, p. 27-60, 1985.

SOARES, Sandra Regina; CUNHA, Maria Isabel da. Formação do professor: a docência universitária em busca de legitimidade. EDUFBA, 2010.

SOUZA, Susane Petinelli; SOUZA, Eloísio Moulin de. O trabalho docente no curso de administração: algumas (re)significações. *Educ. rev.*, Belo Horizonte , v. 28, n. 2, p. 83-102, 2012 .

SOUZA-SILVA, J.; DAVEL, E. Concepções, práticas e desafios na formação do professor: examinando o caso do Ensino Superior de Administração no Brasil. *Organizações & Sociedade*, v. 12, n. 35, p. 113-134, 2005

TARDIF, Maurice et al. Saberes docentes e formação de professores. São Paulo: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Estatuto da Universidade Federal do Amazonas. Aprovado pelo Conselho Nacional de Educação em 29 de dezembro de 1998. Normas. 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Resolução nº 002, de 30 de janeiro de 2008 do Conselho de Administração da Universidade Federal do Amazonas - CONSAD/UFAM. Estabelece regime de trabalho docente na UFAM. Normas. 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Resolução nº 03, de 10 de março de 1965 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas - CONSUNI/UFAM. Autoriza o funcionamento do curso de ciências contábeis, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas, a partir de 1 de janeiro de 1965, fixando o respectivo currículo. Normas. 1965

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Resolução nº 09, de 20 de novembro de 1965 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas - CONSUNI/UFAM. Autoriza o funcionamento a partir de 1966 do curso de Administração na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas. Normas. 1965

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Resolução nº 12, de 29 de maio de 1991 do Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas – CONSUNI/UFAM .Aprova as normas disciplinares do horário de trabalho do pessoal docente. Normas. 1991.

VALENTE, G. S. C; VIANA, L. O. O ensino de nível superior no Brasil e as competências docentes: um olhar reflexivo sobre esta prática. Prax Educ. 2010; 6 Supl 9:209-26.